



PS

MOÇÃO SECTORIAL: Educação, juventude e cultura

TÍTULO: Direitos humanos, migrações, educação

A considerar que os direitos humanos são direitos que as pessoas têm, simplesmente por serem humanas, impõem características instintivas que requer reciprocidade: viver livre, falar o que se pensa e ser tratado de forma igualitária, apesar das diferenças, que não são hierarquizantes. Existem inúmeros direitos aplicados aos grupos, minorias e Estados que pertencem a todos em qualquer lugar, porque nascemos com eles – chamados direitos naturais.

Após as revoluções liberais, dentre elas a americana e francesa, impulsiona-se a queda do Absolutismo e o nascimento do Estado democrático de direitos. Com a expansão territorial gananciosa dos impérios novas contendidas abalam o mundo. Nascem os pluripartidarismos e ideologias, algumas impõem medo, terror e genocídios, fomos marcados por duas grandes guerras. Em 1945 após o terrível episódio da 2ª Guerra Mundial representantes de 50 países reuniram-se em São Francisco, em Conferência e formaram as Nações Unidas firmaram um acordo através das Carta das Nações Unidas, com carácter *sui generis*.

Nasce um conjunto de direitos que se aplicam a absolutamente todos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos para sustentar, expressar e positivar o eixo axiológico do Direito: *a dignidade humana*. Condição que se tornou imprescindível à esfera de reivindicações. Acompanhamos tribunais com suas demandas carregados de ética e axiologia que por vezes não validam os direitos humanos que elevam a dignidade, o respeito às diferenças, logo não asseguram a convivência saudável das pessoas no dia a dia, que veem suas expectativas sociais e culturais feridas. Entendemos, como refere Victor Hugo que *«aquele que abre a porta de uma Escola, fecha a porta da prisão!»*.

Entretanto, na validação dos limites da liberdade humana e a formalização do controle social, com inúmeras vertentes resistentes do nacionalismo extremo, migrantes e refugiados no movimento migratório de diversos acontecimentos são vítimas do racismo, discriminação e exclusão social. Realidade perversa e cruel que duelam e tensionam os Estados contemporâneos, *in casu* Portugal. Os tratados e convenções em que os direitos: civis, políticos, económicos, sociais e culturais são proclamados às pessoas, cidadãos ou não, promovem o alicerce da legislação, jurisprudência e doutrina sustentados nas pedras angulares da justiça: Declaração Universal dos Direitos do Homem, Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais que formam em conjunto a Carta Internacional dos Direitos Humanos:

i. *Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado* (artigo 9.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos);

ii. *Toda a pessoa sujeita a perseguição, tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países* (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 14.º);

iii. *Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade* (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 15.º);

iv. *Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado* (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 13.º; Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, artigo 12.º).

A considerar duros episódios dos fenómenos de discriminação, racismo, preconceito e exclusão em territórios portugueses denunciados pela comunicação social e academia, e não obstante, o momento pós-pandémico que trouxe um novo paradigma mundial que envolvem intensa mobilidade demográfica provocada por crises: climáticas, guerras civis e étnicas, disputas de poder/território, fome e aumento das desigualdades sociais é de senso comum que se intensifiquem políticas públicas para diminuir os impactos das migrações desordenadas, mas legítimas.

Há muito tempo, diversos estudiosos orientam Portugal a implementar políticas severas que atenuem e diminuam as instabilidades sociais e urbanísticas ao acolhimento e fixação das populações em diversos níveis: saúde, educação, segurança pública, habitação e cultura, além de que o impulso de ações eficazes que atenuem o impacto de rejeição das migrações. Fortalecer a compreensão da necessidade da mobilidade humana que duela (i) com alto índice de envelhecimento das populações; (ii) desertificação dos territórios, e; (iii) ausências de recursos humanos em diversos sectores.

As tímidas medidas e nada paliativas provocam resistências e facilitam distribuição de tratamentos: xenófobos, racistas, misóginos e extremistas. Populações inteiras sofrem, sentem-se impotentes e sobrevivem a cada dia na esperança de que seus dias que estão por vir serão melhores, infelizmente muitos povoam as ruas e sentem que estão a ser testados nas forças e resiliências. Multiplicam-se violências físicas, psicológicas, urbanas, sexuais e intelectuais a esses humanos, que são pessoas revestidas de corpos e de almas, pedem uma oportunidade de viver.

Entendemos, contudo, que além do endurecimento das leis a respeito da matéria, é preciso intensificar o debate político em torno da temática, crescem os fundamentalismos dos partidos de extrema-direita e o ódio prolifera-se de forma perversa e grandiosa a contaminar além dos adultos, crianças e jovens, porque os imigrantes são vistos como invasores ou predadores, mas a bem da verdade muito empreendem nos territórios.

As escolas, atualmente, em seus diversos níveis reproduzem essas desumanidades. Não queremos um Portugal formado por pessoas que não respeitem a vida, ou a condição étnica, religiosa, racial e partidária de quem quer que seja. A razoabilidade é base da civilização pós-moderna. Ninguém se torna preconceituoso afirma Nelson Mandela, mas são influenciadas e ensinadas a sê-lo. Logo, o Partido Socialista de todas as liberdades deve promover debates, ações e campanhas publicitárias que promovam a inclusão. São dois milhões e meio de portugueses emigrados, e mais 1 milhão de estrangeiros em que 40% são brasileiros em território português até à presente data.

No processo demográfico do Brasil a hibridez se fez presente de forma muito acentuada. Vários povos indígenas, africanos, imigrantes europeus e asiáticos miscigenaram a população, essa recebeu herança cultural variada numa extensão territorial de mais 8 510 000 km², dimensões continentais. Ora, compreende-se que uma população plural compõem sotaques peculiares atribuídos a cada região. E dentro de suas próprias regiões existem consideráveis distinções culturais, contudo todos são brasileiros e consideram Portugal como *Pátria-mãe, com orgulho de pertença*.

Nos bancos das escolas brasileiras muito se debate a respeito dos literatos, poetas e cientistas portugueses. Ícones da música lusitana fazem e fizeram parte da vida daquelas pessoas, assim como a tradicional culinária e religiosidade, já que 87% dos brasileiros são cristãos. Mas, além do Brasil e dos países que formam a comunidade dos *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* a educação recebe baixos insumos, investimentos e formações aos profissionais que quase nulas, promovem um currículo formal insípido e oculto às escolas.

Existe um forte processo decadente no ensino brasileiro, principalmente nos últimos dez anos. Na última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) 5,6% da população do país com 15 anos ou mais não sabiam ler ou escrever em 2022, num total de 9,6 milhões de pessoas analfabetas, com grandes assimetrias nos recortes regionais e raciais.¹

Dito isto, os resultados recentes do PISA 2022 que revelam uma queda em literacia matemática e portuguesa corroboram com uma análise de que muitas crianças e jovens estrangeiros imigrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) formam grupos com maiores dificuldades. Pensar nestas populações com uma discriminação positiva é empoderá-los para superar dificuldades pedagógicas e conscientizá-los que a equivalência

¹ Os dados disponíveis analisam nomeadamente as diversas situações sociais de forma pormenorizada e regionalizada. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>

curricular ano-a-ano com os autóctones, inexistente. É preciso adquirir competências com dedicação plena e a autossuficiência didáctica enquanto habilidades, por vezes surreais, já que esses com inúmeras dificuldades não conseguem sozinhos superá-las e não têm ninguém que os ensine. Triste sina!

Entretanto, esses jovens e crianças trazem bagagens e experiências de vida, habilidades e competências em diversas áreas que são positivas. Se os imigrantes interagissem com os autóctones acontecer-se-iam ricas, leais e válidas trocas culturais dum processo de formidável interculturalismo. Aqui, reside um grande problema, já que a maioria dessas populações, segundo os dados do investigador Luís Catela Nunes, professor da Nova SBE que “alunos migrantes são segregados e escolas não fazem tudo para o evitar” de 09/04/2021 do *Jornal o Público*. Aquela pesquisa demonstra que os resultados escolares significativamente distantes dos alunos de origem portuguesa promovem a segregação com turmas dos reprovados². À margem nas salas de aulas e em outros espaços das escolas portuguesas os imigrantes, principalmente *brasileiros, africanos e afrodescendentes*, em seus diversos níveis, isolam-se e são excluídos.

Narrativas graves de exclusão, agressão e segregação são visualizadas nas redes sociais e diversos meios importantes da comunicação social, com relevâncias nomeadamente criminais e com requintes de maldade, promovem uma natural indignação e um sentimento de impotência.

Propomos através de nossa moção que além das políticas públicas e modificações legislativas, dentre elas que o crime de racismo seja imprescritível e de cariz público, inafiançável e insuscetível de graça ou amnistia porque depõe contra humanidade e a dignidade humana.

E ainda, que de forma preventiva para combater a desinformação e crueldade às plurais culturas que agraciam e fortalecem a economia de nosso país que o partido promova formações, ciclos de palestras, *focus group com essas sofridas populações - processos de osmose coletiva*, webinars, espaços para divulgação culturais das comunidades imigrantes, nos aspetos musicais, teatrais, artesanais, inclusive com rodas de leituras, extensíveis às concelhias e federações enquanto suportes necessários à interculturalidade e emancipação humana abertas ao público. É imprescindível eliminar barreiras burocráticas à inscrição como militantes aos refugiados e imigrantes com visto de residência.

² Pesquisa, dados e impactos da reportagem de 09/04/2021, do jornal Público, disponível: <https://www.publico.pt/2021/04/09/sociedade/noticia/alunos-migrantes-sao-segregados-escolas-nao-fazem-evitar-1957815>

Acreditamos que a politização das pessoas e o reconhecimento de que o preconceito, discriminação e racismo fazem parte do cotidiano da vida portuguesa e que todos devemos trabalhar e compreender que o outro deve ser reconhecido com sua carga axiológica, histórico-social e identitária para ser inserido. São iniciativas simples, mas com enorme simbologia para nascer desta interação respeitosa, uma terceira cultura, que humana dever-se-ia unir todos os povos.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS(AS) AO XXIV CONGRESSO NACIONAL

RECIBO DE ENTREGA DE LISTA

Para os devidos efeitos, _____, na
 qualidade de _____, militante com o n.º _____, da Secção
 _____, Federação de _____, declaro ter
 recebido a listagem candidata a Delegados(as) ao XXIV Congresso Nacional do Partido
 Socialista, concorrente pela Secção de _____, da
 Federação de _____, adstrita à moção
 _____, encabeçada pelo
 Camarada _____.

DATA ENTREGA	DE	
HORA ENTREGA	DE	
LOCAL ENTREGA	DE	

Exmos. Camaradas, esperamos que se encontrem bem.

Encaminhamos a lista para candidaturas de delegados e em seguida para análise à Moção Sectorial com o tema *Direitos humanos, migrações e educação*.

Entendemos que é um momento atribulado e confuso, e se algo não tiver de acordo, por favor contactem-nos para refazermos.

Agradecemos à disposição e que tenham um santo feriado,



XXI
CONGRESO
NACIONAL